

PASTORAL DA  
**Terra**

# CONFLITOS NO BRASIL - 2023 CAMPO

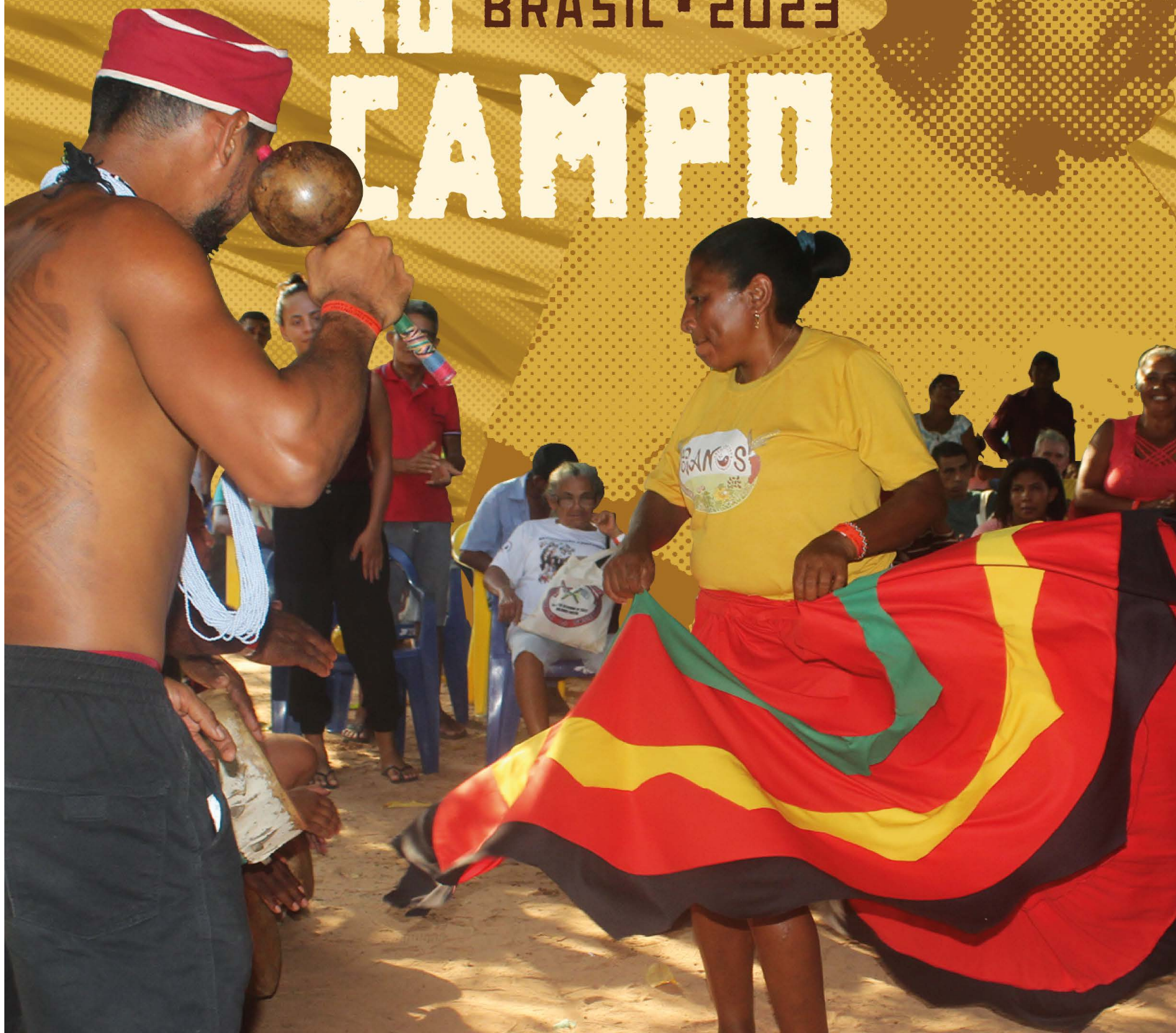


Foto: Ludimila Carvalho / Arte: Estúdio Massa



## DA REDAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

# Diante de tantos conflitos, por que cantamos e dançamos?

“Se cada hora vem com sua morte / se o tempo é um covil de ladrões / os ares já não são tão bons ares / e a vida é nada mais que um alvo móvel / você perguntará por que cantamos [...] cantamos porque o grito só não basta / e já não basta o pranto nem a raiva / cantamos porque cremos nessa gente / e porque venceremos a derrota / cantamos porque chove sobre o sulco / e somos militantes desta vida / e porque não podemos nem queremos / deixar que a canção se torne cinzas.” (Mário Benedetti - Por que Cantamos)

## Conselho Editorial

Edição: Carlos Henrique Silva  
(Comunicação CPT Nacional)

Na capa desta edição do relatório Conflitos no Campo Brasil 2023, apresentamos o tambor de crioula com os corpos, cores, movimentos e sorrisos, para, com as análises presentes nesta publicação, convidarmos a compreender, ao modo de Benedetti, porque dançamos.

Perguntam por que dançamos, diante de 2.203 ocorrências de conflitos no campo, o maior número dos levantamentos da CPT desde o início. Nos últimos 10 anos, o Maranhão do tambor de crioula foi o segundo estado com maior registro, com 1.926 ocorrências, atrás apenas da luta por vida digna em seus territórios, sendo 37 mulheres assassinadas nos últimos dez anos. Outras 218 pessoas sofreram ameaças de morte em 2023.

Perguntam por que dançamos, mesmo com o assassinato de Mãe Bernadete, mulher quilombola e ialorixá, e outras 30 pessoas que tiveram suas vidas ceifadas na luta por vida digna em seus territórios, sendo 37 mulheres assassinadas nos últimos dez anos. Outras 218 pessoas sofreram ameaças de morte em 2023.

Em cerca de 261 ocorrências, o Estado figura entre os agentes que mais causaram violências aos povos do campo, das águas e das florestas.



Manifestação durante o Acampamento Terra Livre (ATL) 2023

Na omissão e convivência dos governos, falta titulação dos quilombos, demarcação dos territórios indígenas, destinação de terras públicas para a reforma agrária e a realização de consultas livres, prévias e informadas.

O Estado fomenta, ainda, a violência por meio das forças policiais. Grupos armados por fazendeiros e empresários do agronegócio intimidam e tentam expulsar as famílias em luta pelas terras por elas ocupadas. Assim, houve o registro de 264 ocorrências de pistolagem no país, ficando atrás apenas das 359 ocorrências de invasão neste ano.

Perguntam por que dançamos, ao ver os nossos ventos e o nosso ar, a natureza sen-

para as mesas dos brasileiros, em mais 136 novos territórios conquistados onde possam também folgar e cantar.

As mãos que proporcionam a música ancestral são as mesmas que criam os instrumentos para a dança e para o trabalho. E são essas mesmas mãos e corpos escravizados que compõem as 2.663 pessoas que foram libertadas do trabalho escravo, em 251 casos fiscalizados e denunciados.

Nessa dança, denunciemos a contaminação por agrotóxico e por minérios, a apropriação particular e a poluição, identificadas nas 225 ocorrências de conflitos por água registradas. Essas violências destroem os cursos d'água e impedem a reprodução dos usos históricos que as comunidades fazem dessa fonte da vida.

Dançamos descalços, sobre a terra nua, e em comunhão com os que estão em volta, pois a riqueza que queremos acumular deve ser repartida de modo igual. Dançamos para que os territórios sejam destinados de modo igual a todas e todos que neles trabalham e que deles necessitam para produzir e reproduzir sua vida.

Dançamos e cantamos, pois é nossa forma de viver. Dançaremos e cantaremos no mesmo ritmo e movimento, pois é nossa forma de lutar.



## PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

**Secretaria Nacional**  
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás  
CEP.: 74030-090  
Fone: (62) 4008-6466  
Fax: (62) 4008-6405  
www.cptnacional.org.br  
comunicao@cptnacional.org.br

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Sílvio Guterres

**Coordenadores Nacionais**  
Andréia Silvério  
Carlos Lima  
Isolate Wichinieski  
Ronilson Costa

**Redação**  
Carlos Henrique Silva (5197/PE)  
Heloisa Sousa (4499/GO)  
Júlia Barbosa (4505/GO)  
Rede de Comunicadores/as da CPT

**Jornalista responsável**  
Carlos Henrique Silva (5197/PE)

**Impressão**  
Gráfica e Editora Qualytá

**Diagramação**  
Refile Editorial - Vinicius Pontes  
www.refileeditorial.com

**Assinaturas**  
Anual R\$ 30,00  
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:  
Caixa Econômica Federal  
Agência 4520 Operação 003 Conta/  
DV 648-6  
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000  
0006 486C 1  
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

**Razão Social**  
Comissão Pastoral da Terra

**CNPJ / PIX**  
02.375.913/0001-18

**Informações**  
cpt@cptnacional.org.br

**Tiragem**  
7.000 exemplares

**Apoio**



## CONFLITOS NO CAMPO

## ANÁLISE DA CONJUNTURA

# Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023)

A contrarreforma agrária se materializa, dentre outras dimensões, no desmonte de políticas públicas e de apoio à fixação dos trabalhadores no campo

**Paulo Alentejano, Luiz Jardim Wanderley, Karoline Santoro, Pedro Catanzaro da Rocha, Leão, Amanda Guarniere Ribeiro e Vinicius Martins (integrantes do LEMTO/UFF e do GeoAgrária/UERJ)**

Edição: Heloisa Sousa  
(Comunicação CPT Nacional)

A década de 2010 foi marcada pela contrarreforma agrária e pelo aprofundamento da hegemonia do agronegócio, da mineração e dos projetos energéticos no campo brasileiro. O início da década de 2020 segue a mesma toada.

A contrarreforma agrária se materializa em quatro dimensões fundamentais: o avanço da concentração fundiária; a intensificação da grilagem de terras, inclusive sobre terras tradicionalmente ocupadas; o abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras; e o desmonte de políticas públicas e de apoio à fixação dos trabalhadores no campo.

A hegemonia do agronegócio e da mineração, por sua vez, se concretiza:

no avanço da produção e exportação de commodities; no fortalecimento político de suas organizações e representações; na difusão cada vez mais ampla de sua ideologia; na implementação de políticas, financiamentos e legislações voltadas ao favorecimento desses setores.

Se tomamos o conflito social como fenômeno que expressa as contradições em estado prático, é correto afirmar que o ano de 2023 representa muito mais uma continuidade das contradições engendradas pelo processo denominado de ruptura política do que como início de alguma alteração sensível do quadro em tela.

Isto não implica subestimar a importância da derrota eleitoral do bolsonarismo e da consequente reconstrução de políticas públicas, programas sociais e órgãos de governo. Contudo, a análise dos conflitos sociais e no campo indica não o ritmo das mudanças normativas, administrativas

ou institucionais, mas sim oferece um quadro social e político que indica a continuidade das relações sociais e de poder que constituem o processo de (re) produção capitalista no campo e suas contradições.

No que concerne à reforma agrária, houve uma retomada de ações do governo, mas com pouca alteração substancial na orientação do Estado brasileiro. Em 2023, o número de terras adquiridas pela União para serem destinadas à reforma agrária terminou zerado pelo terceiro ano seguido. Segundo o Incra, foram criados 21 assentamentos e assentadas 50,6 mil famílias em terras que já estavam em poder do governo. Também houve a criação de seis Territórios Quilombolas, com um total de 1.163 famílias beneficiadas e a homologação de 8 Terras Indígenas.

Nesse sentido, o que se apresenta para o segundo ano de governo Lula III é pouco animador: o orçamento previsto para a reforma agrária seria insuficiente para retomar uma política consistente de aquisição de terras e de apoio à produção, comercialização e geração de trabalho e renda nos assentamentos. Se houve algum ganho direto às famílias camponesas e à agricultura familiar, este

apresenta-se pela retomada de políticas públicas de incentivos voltados a elas.

Por sua vez, os dados de conflitos em 2023 reforçam o diagnóstico de continuidade no padrão de alta conflitividade e intensa violência do poder público e privado contra os camponeses, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais, observado no período de ruptura política.

No Congresso Nacional permaneceu o poder da bancada ruralista. A aprovação do Marco Temporal foi uma grave e inconstitucional retirada de direitos que dificulta a demarcação de novas TIs e bloqueia reivindicações territoriais históricas. Não há como ignorar, também, os impactos da CPI do MST em certa desmobilização das ações do movimento ao longo do ano, além das ações do movimento Invasão Zero.

Que em 2024, este cenário de continuidade da violência no campo se modifique, que os povos possam respirar outros ares e a sociedade brasileira possa dar passos concretos na direção da justiça social e ambiental, com a retomada consistente da reforma agrária em seu sentido amplo, incluindo um conjunto de políticas que deem sustentação à vida nestes territórios.



Felipe Correia



EIXO TERRA

AMAZÔNIA

# O mercado de carbono e os impactos negativos sobre as comunidades do campo

Em diversos contratos de carbono, as comunidades são impedidas de executarem suas práticas tradicionais sem a prévia autorização das empresas

**Carlos Augusto Pantoja Ramos (Engenheiro Florestal, mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia e doutorando na Universidade Federal do Pará, colaborador voluntário na CPT equipe Marajó e na Fetagri/PA)**

Edição: Carlos Henrique Silva (Comunicação CPT Nacional)

Estudos recentes da Organização Meteorológica Mundial indicam que a temperatura média global nos últimos cinco anos é a mais quente já registrada. Já o Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, que apoia a ONU em informações relacionadas ao clima, apontou um recorde de calor na temporada de junho a agosto de 2023.

No Acordo de Paris, assinado na 21ª Conferência das Partes (COP21) realizada em 2015, estabeleceu-se que no âmbito do incentivo de redução de emissões de gases de efeito estufa, de sigla REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), a sociedade e países poderiam cooperar de maneira voluntária na implementação de medidas de mitigação, adaptação e promoção de ações sustentáveis e de integridade ambiental.

Esta orientação impulsio-

nou que o setor privado criasse mercados para gerenciar ou compensar a emissão de gases por Estados e/ou empresas, apresentando uma categoria própria no mundo corporativo denominado mercado voluntário de carbono, que nada mais é que o mercado privado do que estes tratam: ativos da natureza. São negociações da iniciativa privada industrial, não reguladas em instituições oficiais, com organizações e indivíduos que exerçam ações para compensar o impacto das atividades empresariais de poluição ou de degradação do meio ambiente.

**Projetos de carbono identificados no país e conflitos no campo**

Pesquisas realizadas em 2023 pela CPT verificaram 22 comunidades no Brasil envolvidas em conflitos relacionados a projetos de carbono. O Pará lidera tanto no número de comunidades envolvidas nesta forma de conflito agrário (12), quanto em área total (cerca de 6,9 milhões de hectares). As mesorregiões mais citadas nas pesquisas são o Marajó (7 localidades), o Vale do Acre (3), o Sudeste do Pará (2) e o Leste de Rondônia (2).

As terras indígenas possuem 88,4% do total das áreas

no país com denúncias de conflitos envolvendo mercados de carbono, seguidos das unidades de conservação (7,6%) e assentamentos (3,4%). No relatório da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) sobre contratos de carbono apresentados a diversos povos indígenas no Brasil, aponta-se que estes impedem os povos indígenas de executarem suas práticas tradicionais, como a plantação de roças e corte de árvores para subsistência, sem prévia autorização da empresa.

**Marajó: um dos epicentros dos projetos de carbono no Brasil em 2023**

Na mesorregião do Marajó,



Galinheiro recebido como contrapartida em projeto de REDD está hoje abandonado - Almeirim/PA

os primeiros casos conhecidos de negociações de créditos de carbono aconteceram em 2018, a partir das movimentações da empresa Ecomapuá no município de Breves. Contudo, durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19 (2020-2021), intensificou-se a procura por áreas florestais para serem negociadas em seu estoque de carbono, sendo Portel o município marajoara mais procurado por este mercado.

Em Portel, a soma dos valores dos contratos aponta para 115 milhões de dólares, um recurso que não chega às populações envolvidas. Entre os produtos entregues nestes projetos, estão pequenos fogões,

na justificativa de serem mais eficientes nas cozinhas ao emitir menos emissões de dióxido de carbono. Relatos de mulheres e homens de comunidades locais apontam para a inutilidade dos fogões entregues pelos projetos, um tratamento similar ao dos “espelinhos” da chegada dos primeiros europeus nas Américas, do desconhecimento das reais e atuais necessidades amazônicas e do desrespeito aos processos de escuta.

**É necessário viver e esperar nas possibilidades de um outro mundo**

É preciso incentivar que as comunidades construam projetos de futuro, um novo protocolo, um novo olhar sobre a cidadania que devemos desde já praticar, mostrando os diversos cenários possíveis a partir do autoconhecimento sobre a história, sobre o trabalho, sobre a dignidade, sobre a cultura e memória, face às batalhas que virão pela frente diante dos impactos das mudanças climáticas e da derrocada de um sistema ocidentalizado que tende a ser violento em sua expiação.

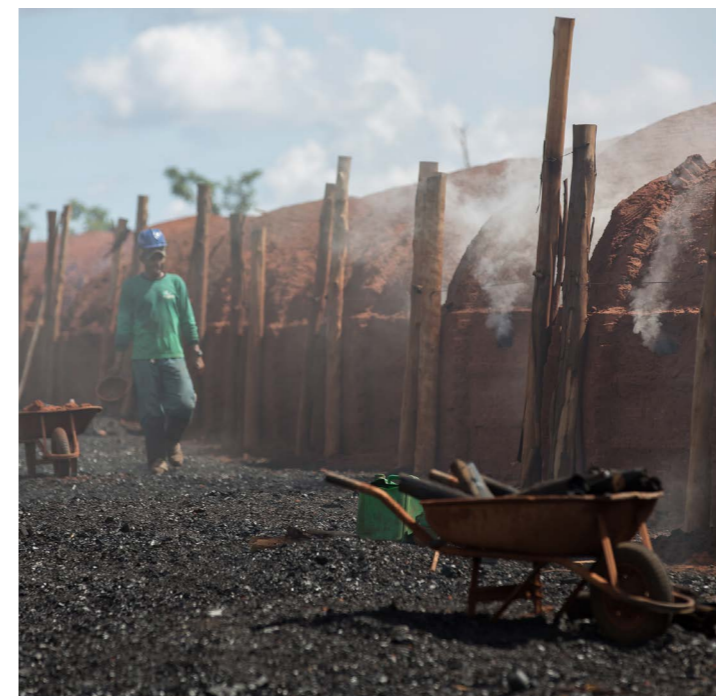
Era uma vez um mundo feliz, quase morreu por culpa de alguns, mas o amor dos bons me deu a chance de dizer: era uma vez.

EIXO TRABALHO

NÚMEROS RECORDE

# As cadeias produtivas do trabalho escravo em 2023

Ao mesmo tempo que refletem tendências históricas, os dados de 2023 também apresentam novidades, como a consolidação da cana-de-açúcar e do agronegócio em geral, no mapa do trabalho escravo



O trabalho escravo ainda está impregnado nos mais diversos segmentos da economia brasileira - Carvoarias em Darcinópolis / TO

**André Campos e Carlos J. Barros**  
Edição: Everton Antunes (Comunicação CPT Nacional)

O “trabalho análogo ao de escravo”, como definido pela legislação brasileira, ganhou a atenção da opinião pública logo no início de 2023. Em fevereiro, 210 pessoas arregimentadas na Bahia para a colheita de uva na Serra Gaúcha foram encontradas em condições degradantes. A serviço de terceirizadas contratadas por vinícolas de renome, como Aurora, Salton e Garibaldi, as vítimas denunciaram agressões por cassetete, spray de pimenta e choque elétrico.

Só no campo, cerca de 2,7 mil trabalhadores foram resgatados em fiscalizações do governo federal, conforme mostram os dados contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). No total, 251 estabelecimentos inspecionados foram palco do crime em 2023. A chamada “Lista Suja” de empregadores responsabilizados pela exploração de mão de obra análoga à de escravo, também bateu recordes, com 473 pessoas físicas e jurídicas.

Geograficamente falando, não há região imune ao problema. O mapa de flagrantes oficiais inclui 207 municípios espalhados por 23 estados em todas as macrorregiões

ões do país. Estabelecimentos no Centro-Oeste lideraram o ranking de trabalhadores resgatados (793 pessoas) em 2023.

Seguindo uma tendência histórica, os dados compilados pela CPT revelam forte presença de migrantes internos no contingente de pessoas submetidas à escravidão contemporânea. E os trabalhadores oriundos do Nordeste — tradicional região exportadora de mão de obra rural — permanecem como uma categoria de destaque nesse contexto. Outra realidade recorrente é a presença de indígenas e trabalhadores estrangeiros entre as vítimas.

Ao mesmo tempo que refletem tendências históricas, os dados de 2023 também apresentam novidades, como a consolidação

da cana-de-açúcar no mapa do trabalho escravo. As denúncias e fiscalizações recentes conectam o trabalho escravo na cana a grandes nomes das indústrias de alimentos, açúcar e etanol.

O cultivo de café aparece na segunda posição entre as atividades com maior número de resgatados em 2023 (313 pessoas), um caso também ligado à rede de fornecedores de grandes multinacionais.

Historicamente, a pecuária é a atividade campeã em número de pessoas afetadas pelo trabalho escravo rural no país. Desde 1995, mais de 17 mil trabalhadores foram resgatados em fazendas de gado — 156 somente em 2023.

Além da responsabilização dos produtores, iniciativas judi-

ciais pioneiras tiveram início nos últimos anos para combater o trabalho escravo em cadeias produtivas. Em 2021, o grupo Casino (dono dos supermercados Assaí e Pão de Açúcar) tomou-se alvo, na França, de uma ação judicial — movida por uma coalizão de entidades da qual a CPT é parte — pela venda de carnes bovinas associadas ao desmatamento e ao trabalho escravo no Brasil.

Como se vê, o trabalho escravo ainda está impregnado nos mais diversos segmentos da economia brasileira. Reforçar a fiscalização por parte do Estado, criar políticas públicas consistentes e estimular a pressão por parte da sociedade civil são medidas urgentes para tentar erradicar o problema.



Fonte: Cadoc Dom, Tomás Balduino-CPT | Elaboração: Estúdio Masso.



## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

### GÊNERO

# As violências contra as mulheres nos processos de luta pela terra e territórios

O machismo estrutural e institucional, o racismo ambiental e a intolerância religiosa são marcadores sociais dessas violências

Lira Furtado Moreno (Cedoc/CPT) e Valéria Pereira Santos (Articulação CPTs do Cerrado)

Edição: Júlia Barbosa (Comunicação CPT Nacional)

Seja no campo ou na cidade, as mulheres desempenham um papel fundamental em diversas batalhas em prol de uma vida digna para si, para suas comunidades e para os mais desfavorecidos, ocupando posições em organizações sociais, movimentos e liderando iniciativas de proteção dos seus territórios. Mas

a ocupação, seja de espaços públicos ou privados, nunca foi fácil.

Muitas mulheres ainda sofrem violência contra seus corpos e suas formas de existência, uma situação que se agrava em períodos de grandes crises. Tratamos como crises os desdobramentos de eventos políticos e naturais que debilitam os direitos dos empobrecidos e a democracia, já definida como Necropolítica por Mbembe<sup>1</sup>. Um exemplo disso é o desencadeamento do Golpe de Estado de 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff, com a ascensão da política do ódio, da fome e do desemprego liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ofensiva foi intensificada contra os corpos-territórios dos gru-

pos sociais mais vulneráveis, como as mulheres, os povos indígenas, quilombolas, os sem-terra e as comunidades LGBTQI+. Outras situações, como a crise sanitária da Covid-19 e a crise climática, sobrecarregaram ainda mais as mulheres, que cuidam da saúde, nutrição e higiene da família. Além disso, há a violência doméstica e familiar, que, apesar de ser subnotificada, afeta muitas mulheres do campo, como aponta a pesquisa de 2022, com 32.448 registros de denúncias<sup>2</sup>.

Ademais, as mulheres no contexto dos conflitos no campo enfrentam as violências do agrohídronegócio na luta pela terra, água e territórios. A Comissão Pastoral da Terra, através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, define os Conflitos no Campo como as violências contra os povos dos campos, das florestas e das águas e suas ações de (Re)Existências.

Outras formas de violência contra as mulheres são as agressões, ameaças, detenções, lesões corporais, humilhações e intimidações, conforme a Figura 01, que expõe

**Violência Contra Mulheres no Campo em 2023**

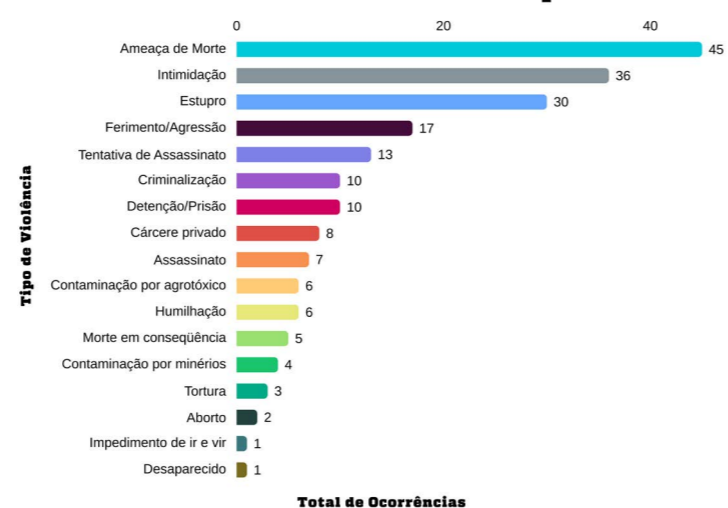


Figura 1: Fonte: CEDOC/CPT (2024). Elaborado pela autora.

de gênero, entre 2014 e 2023, que têm como agravante a expropriação das terras e a destruição de bens comuns, essenciais para a produção e reprodução social das mulheres e de suas comunidades. Nesse período, a CPT registrou 1.625 mulheres vítimas das violências, com um total de 2.137 ocorrências. Foram contabilizadas 413 ameaças de morte, 82 tentativas de assassinatos, 69 estupros e 44 assassinatos. Dentre as mulheres que sofreram violência no campo, 182 eram sem-terra, 152 indígenas e 72 quilombolas.

Outras formas de violência contra as mulheres são as agressões, ameaças, detenções, lesões corporais, humilhações e intimidações, conforme a Figura 01, que expõe

os dados do ano de 2023.

A taxa de violência contra as mulheres, em 2023, aumentou 16,48% (205), em relação ao mesmo período de 2022 (176). Os estupros tiveram o crescimento de 2.900%, seguido dos ferimentos (125%), detenção (125%), tortura (50%), contaminação por agrotóxicos (20%), assassinatos (16,67%) e intimidação (12,50%). Além dessas, as mulheres dos territórios tradicionais enfrentam violências simbólicas e veladas, como os insultos, o silenciamento de suas vozes e a deslegitimação da participação política.

Dentre as violências mencionadas, é importante salientar, pelo crescimento alarmante dos casos, os estupros de 30 meninas pertencentes à etnia Yanomami, em 2023.<sup>3</sup> Esse

número é semelhante ao de 2015, ano em que o resultado do inquérito que apurou os crimes sexuais contra mulheres e meninas quilombolas Kalunga foi divulgado<sup>4</sup>. Nos outros anos, houve apenas nove casos registrados, o que significa que esses dados são subnotificados, pois só estão sendo de fato denunciados quando há um real suporte do Estado para que isso aconteça, e ainda assim, representando uma pequena amostra da realidade.

As ameaças de morte, as tentativas de assassinatos e os assassinatos são violências cometidas como práticas de contenção das mulheres que são lideranças políticas. Essas violências, juntamente com os estupros, são as que mais deixam sequelas e desestruturam a vida das vítimas. A maioria dos homicídios de lideranças comunitárias é decorrente do acirramento dos casos de ameaças de morte, sobretudo devido à falta de uma ação integrada do Estado para eliminar as causas que levam a esses atos de violência, como ocorreu com o assassinato de Mãe Bernadete, liderança quilombola da Bahia.

Essas violências contra as mulheres dos territórios têm como marcadores sociais o machismo estrutural e institucional, o racismo ambiental e a intolerância religiosa, que

são constitutivas dos projetos hegemônicos do capital, que atravessam as regiões brasileiras. Essa situação é agravada pelas diferenças regionais, como a concentração de renda, a disputa pela posse da terra e a mercantilização dos bens comuns presentes nas áreas em expansão das fronteiras agrícola, minerária e energética, com destaque para o Norte, Nordeste e Centro Oeste, conforme demonstrado na Figura 02.

A CPT, especialmente através de seu Coletivo de Mulheres<sup>5</sup>, preza pela insurgência política com as experiências de luta protagonizadas pelas mulheres negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, quebradeiras de coco, camponesas e LBTQIAP+. Mulheres que se inspiram na história de resistência de Dona Dijé e Raimunda, quebradeiras de coco babaçu, da quilombola Fátima Barros e da agente pastoral Dorothy Stang, dentre outras que se dedicaram à luta pela emancipação política das mulheres do campo, a fim de assegurar o direito à terra e ao território, a soberania alimentar e educação de qualidade para suas filhas, netas e suas comunidades.

Diante das recorrentes violências contra as mulheres do campo, o Coletivo de Mulheres da CPT defende que é de

suma importância a caracterização das violências contra às mulheres em decorrência dos conflitos no campo como violência política de gênero, de forma necessária a ampliação da cobertura da Lei 14.192/2021<sup>6</sup>.

Para a superação de toda essa realidade violenta, compreendemos a necessidade de reconhecer e valorizar a capacidade intelectual e política das mulheres, com autonomia e liberdade de ser e viver seus cargos e papéis políticos com dignidade. É preciso ter garantido o direito a liderar lutas pela terra e territórios, bem como à segurança e proteção de suas vidas e corpos. É com convicção que afirmamos que a luta das mulheres é por uma sociedade mais justa e igualitária, sem hierarquia de poder e sem opressões que impeçam os corpos-territórios de serem livres.

Por fim, não podemos esquecer que o sistema político e econômico que reforça o que tem de mais perverso nas relações sociais permanece, com a mercantilização da força de trabalho e dos bens comuns, a supremacia do individualismo e a desvalorização das mulheres e suas lutas coletivas. Reafirmamos o esperar, com a alegria da Marcha das Mulheres Indígenas e a Marcha das Margaridas, a eleição do presidente Lula e de tantas

**VIOLÊNCIAS NO CAMPO CONTRA AS MULHERES**



Figura 2: Fonte: CEDOC/CPT (2024). Elaborado pela autora.

mulheres de luta, como Célia Xacriabá, Sônia Guajajara e Anielle Franco. Mas continuamos apreensivas e vigilantes quanto ao rumo das políticas de proteção e fortalecimento da autonomia das mulheres. As mulheres estão em luta, semeando resistências!

gurança Pública dos estados e Distrito Federal (DF). Disponível em: <https://bit.ly/G1violenciadomesticocampo>

<sup>3</sup> Agência Brasil. Relatos apontam 30 casos de jovens Yanomami grávidas de garimpeiros. Disponível em: <https://bit.ly/ABviolenciamentenasyanomami>

<sup>4</sup> Brasil de Fato. Violência contra mulheres e meninas no campo sangram territórios. Disponível em: <https://bit.ly/BFviolenciainmulheresdocampo>

<sup>5</sup> Carta Manifesto do Coletivo de Mulheres da CPT. Disponível em: <https://bit.ly/manifestomulheresCPT>

<sup>1</sup> MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3 ed. São Paulo, 2018. p.80.

<sup>2</sup> Levantamento realizado pelo portal G1, com dados de Secretarias de Se-

<sup>6</sup> Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Disponível em: <https://bit.ly/LEIviolenciapoliticamulher>



Marcha das Margaridas 2019



DADOS

RELATÓRIO

# Conflitos no Campo 2023 traz os maiores índices de ocorrências em toda a história da publicação

No ano que iniciou o terceiro mandato do presidente Lula, foram registrados 2.203 conflitos, contra 2.050 do ano anterior. Os dados superam inclusive 2020, até então o ano com os maiores níveis de violência no campo

**Carlos Henrique Silva**  
comunicacao@cptnacional.org.br

Nesta 38ª edição da publicação Conflitos no Campo Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta o balanço dos dados da violência ligada a questões agrárias no país ao longo de 2023. No primeiro ano de governo do terceiro mandato do presidente Lula, foram registrados os maiores números de conflitos desde o início dos levantamentos, em 1985: ao total, foram 2.203 conflitos, contra 2.050 do ano anterior e 2.130 do ano de 2020, até então o ano com os maiores níveis de violência no campo.

A grande maioria dos conflitos registrados é por terra (1.724, sendo também o maior número registrado pela CPT), seguido dos casos de trabalho escravo rural (251) e conflitos por água (225). Dentre os estados, o maior número de ocorrências foi registrado na Bahia, com 249, seguido do Pará (227), Maranhão (206), Rondônia (186) e Goiás (167). Dentre as regiões, a Região Norte foi a que

mais registrou conflitos (810 ocorrências), seguida da Região Nordeste (665), Centro-Oeste (353), Sudeste (207), e por fim, a Região Sul, com 168 ocorrências.

Os conflitos envolveram 950.847 pessoas, disputando 59.442.784 hectares em todo o Brasil. O número de pessoas envolvidas é 2,8% maior em relação às 923.556 pessoas envolvidas em conflitos no campo em 2022, mas a área em disputa é 26,8% menor, tendo sido 81.243.217 hectares disputados no mesmo período de comparação.

**Conflitos pela Terra**

Das 1.724 ocorrências registradas nos conflitos pela terra (número que representa um aumento de 7,6% nas ocorrências em relação ao ano de 2022), 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa. No primeiro tipo de violência, se destacam as ocorrências crescentes de invasão, com 359 ocorrências em 2023, afetando 74.858 famílias, contra 349 casos em 2022. Também cresceram

os registros de expulsão (37 ocorrências e 2.163 famílias em 2023, contra 23 ocorrências e 596 famílias, em 2022), transformando este no segundo ano com mais famílias expulsas dos territórios, atrás apenas de 2016. Também aumentaram consideravelmente as ameaças de despejo judicial (de 138 para 183) e o despejo judicial concretizado (de 17 para 50).

A pistolagem foi o segundo tipo de violência contra a ocupação e a posse que mais teve registros de ocorrência em 2023 (264), um crescimento de 45% em relação ao ano de 2022, sendo o maior número registrado pela CPT nas ocorrências deste tipo de violência contra a coletividade das famílias – um total de 36.200 famílias atingidas. Os sem-terra foram os principais alvos destas ações, com o registro de 130 ocorrências, seguidos por posseiros (49), indígenas (47) e quilombolas (19). Destruição de pertences (101), casas (73) e roçados (66) também foram ações violentas contra a permanência dos povos em seus territórios.

**Conflitos pela Água**

Houve estabilidade nos registros (225, contra 228 no ano anterior), mas os dados ainda são altos em relação ao início dos 10 últimos

anos, tendo a frente o não cumprimento de procedimentos legais por parte do poder público e empresas privadas (78), seguido da destruição e/ou poluição (56), diminuição e impedimento no acesso à água (48) e contaminação por agrotóxico (26). Fazendeiros, governos estaduais, empresários, hidrelétricas e mineradoras continuam sendo os agentes causadores destes conflitos, que vitimam principalmente indígenas (24,44%), pescadores (21,78%), ribeirinhos (13,33%), quilombolas (12,44%) e assentados (8,44%).

**Violência contra a Pessoa**

Foram 554 ocorrências que atingiram 1.467 pessoas, incluindo 31 assassinatos, uma diminuição de quase 28% em relação ao ano anterior, quando foram mortas 43 pessoas no campo. A maior proporção de vítimas foi do estado de Rondônia (com 5 mortes), seguido do Amazonas, Bahia, Maranhão e Roraima, com 4 vítimas cada. Foram tiradas as vidas de 14 indígenas e 9 sem-terra, sendo estas as populações que mais sofrem deste tipo de violência extrema, seguidos de posseiros (4) e quilombolas (3). Ao longo dos últimos dez anos, trabalhadores sem-terra continuam sendo as maiores vítimas (164), seguidos de in-

dígenas (95), de um total de 420 pessoas assassinadas na luta pela terra. Das vítimas fatais da violência, 7 eram mulheres. O tipo de violência com mais vítimas foi a contaminação por agrotóxico, com 336 pessoas vitimadas, seguida das ameaças de morte (218), intimidação (194), criminalização (160), detenção (135), agressão (115), prisão (90) e cárcere privado (72), todos crescentes em relação a 2022.

**Maiores Causadores da Violência**

Os principais agentes causadores das violências no Eixo Terra foram os fazendeiros, responsáveis por 31,8% do total de violências causadas neste eixo, seguidos de empresários (19,15%), Governo Federal (11,2%), grileiros (9,25%) e os governos estaduais, com 8,9%. No caso do Governo Federal, mesmo com a pequena diminuição no total das violências causadas e com a maior abertura de diálogo do governo com os movimentos sociais, por meio da reestruturação de ministérios como o do Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos e Justiça, além da criação do Ministério dos Povos Indígenas, isto não se refletiu em avanços na conquista de direitos pelas populações camponesas e

tradicionais, como a reforma agrária e a demarcação das terras indígenas.

Já os governos estaduais têm agido com repressão policial intensa contra acampamentos e assentamentos, comunidades quilombolas e terras indígenas, com destaque para Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão e Rondônia. O mesmo se pode dizer em relação ao poder legislativo federal e estaduais, com o avanço da bancada ruralista, promovendo mudanças em legislações como o Marco Temporal, o Pacote do Veneno, e as leis de terras e liberações para pulverização aérea de agrotóxicos nos estados.

**Ações de Resistência**

Mesmo em pequena proporção em relação às violências, as manifestações de luta e resistência também tiveram aumento expressivo: foram 119 ocupações e retomadas, sendo 22 ações conduzidas por indígenas, 3 retomadas quilombolas e outras 94 pelas demais identidades sociais. Também foram registrados 17 acampamentos protagonizados por sem terra e/ou posseiros, superando 2022, apenas com 5. Estes números passaram a ter novamente um crescimento a partir de 2021, mas ainda inferior aos números da série de dez anos.

TOTAL DA SÉRIE HISTÓRICA (últimos 10 anos)

**Conflitos no Campo**



**Assassinatos**

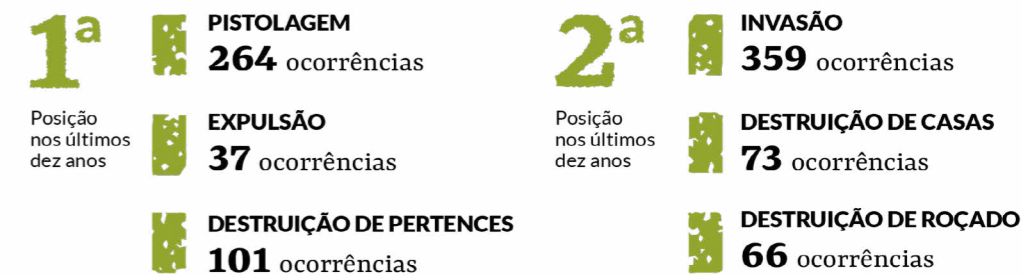


DESTAQUES DE 2023:

**Tipos de Ocorrências (%)**



Os dados da violência no campo vêm em ritmo crescente nos últimos 10 anos, com destaque para as ocorrências:



**Categoria que mais sofreu com assassinatos**



**Embora os dados totais de assassinato em 2023 apresentem queda de 34%, na região da AMACRO o total de assassinatos dos últimos 2 anos se manteve igual.**

DADOS DE ASSASSINATOS AMACRO 2023:

■ Dos **31 assassinatos**, 8 foram na região, sendo **5 causados por grileiros**.  
■ Dentre as **9 vítimas** da categoria **"Sem Terra"**, **5 delas são dessa região**.

**Região Amacro**

Também chamada de Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira, a região abrange 32 municípios do Amazonas, Acre e Rondônia.



Prometida como "modelo" de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade, tornou-se epicentro de grilagem para exploração madeireira e criação de gado, com altas taxas de desmatamento, queimadas e conflitos.



## MANIFESTAÇÕES

### DIREITO À VIDA

# Marco Temporal, retomadas e teias entre os territórios

**Kum'tum Gamela (agente pastoral CPT-MA)**

Edição: Everton Antunes (Comunicação CPT Nacional) e Heloisa Sousa (Comunicação CPT Nacional)

Nas “jornadas de junho” de 2013, nós, povos da terra, fomos surpreendidos pelo jargão “o gigante acordou”. Ao debruçarmos sobre os registros de manifestações feitos pela CPT entre 2014 e 2023, perguntamo-nos: Qual gigante despertou? O autoproclamado “gigante pela própria natureza”, portador do destino universal? Ora, esse “gigante” sempre lutou para se manter sobre os ombros dos povos ou, segundo os mais velhos, andar sobre os escravizados.

As manifestações desde 2014 chegam a 9.970 ocorrências, envolvendo 2.978.282 pessoas. O que mostra a CPT é uma radical e intensa movimentação, não pelo direito de professar alguma ideologia, mas pelo direito mesmo de ser e de existir.

Em 2023, foram 658 ocorrências de manifestações de luta, o menor número em cinco anos. A reabertura do diálogo e negociações, fechados pelo governo passado, e o aceno do novo governo com a reconstrução de políticas públicas para os povos da terra influenciaram na decisão de lutar por conquistas e garantias de direitos.

Ano	Nº de ocorrências	Nº de pessoas
2019	1302	243.712
2020	1349	408.176
2021	1925	419.523
2022	779	203.766
<b>2023</b>	<b>658</b>	<b>110.832</b>

#### Quem são os sujeitos que se movimentam?

Das 658 manifestações, cerca de 77% foram feitas por sem terra (322), indígenas (150) e quilombolas (36). No governo anterior, foram declarados inimigos internos. Houve, ainda, paralisação de demarcação de terras indígenas e quilombolas, aumento das violações de direitos e criminalização de lideranças.

Várias pautas foram apresentadas numa mesma manifestação. Por isso, há uma tentativa de agrupamento das que são correlatas.

As reivindicações à esquerda somam 319, o que representa 48,55%, demonstrando que a violência toca todos os dias os corpos das pessoas do campo. A violência parece ser a língua falada pelo Estado com os camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e outros.

#### Como se luta

Em 2023, continuamos mobilizando os movimentos sociais na distribuição de alimentos, frutos da luta por território, sem veneno, sem exploração de pes-

soas, antirracista e com o propósito de equidade de gênero.

Também foram realizadas manifestações menos amigáveis, como os bloqueios de rodovias. Foram 101, 68 realizados por povos indígenas reivindicando a demarcação territorial e outros direitos constitucionais.

Ao longo do ano, infelizmente, vimos que os povos da terra, das águas e das florestas, e nossos territórios são considerados “zonas de sacrifício”. O Brasil ainda é o mais perigoso para defensores dos direitos da natureza. Se for negro ou indígena aumenta mais o risco de ser assassinado. O alto grau de vulnerabilidade requer de nós, povos da terra, e de nossos aliados uma confluência não apenas nos objetivos, mas nas metodologias.



Ludmila Pereira

Mulheres indígenas em marcha contra o marco temporal

O que vemos nos registros da CPT é uma radical e intensa movimentação, com diversas pautas, não pelo direito de professar alguma ideologia, mas pelo direito mesmo de ser e de existir

### Tipos de Reivindicações (2023)

<p><b>Contra a injustiça e a violência</b></p> <p>Contra a criminalização</p> <p>Contra a impunidade</p> <p>Contra a grilagem</p> <p>Contra agrotóxicos</p>	<p><b>Direitos humanos</b></p> <p>Água + defesa da água</p> <p>Soberania alimentar</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p>	<p><b>Política pública</b></p> <p>Regularização fundiária</p> <p>Incentivo à pequena produção</p> <p>Infraestrutura</p>
<p><b>Questão indígena</b></p> <p>Demarcação de terra indígena</p>	<p><b>Questão ambiental</b></p> <p>Desmatamento</p>	<p><b>Titulação quilombola</b></p> <p>Regularização de território</p>
<p><b>Reforma agrária</b></p> <p>Assentamento</p>	<p><b>Cumprimento de acordos</b></p>	<p><b>Contra o modelo energético</b></p> <p>Contra barragem</p> <p>Contra a privatização</p>

Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT. Elaborado pelo autor.

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

### CONFLITOS E RAÇA

# (Geo)grafia da violência e da r-existência no campo brasileiro: o caso da mãe Bernadete

O conflito é a dor da doença agrária brasileira, causada pela concentração e desigualdade histórica no acesso a terras

**Rafaela Pinheiro de Almeida Neves**

Edição: Júlia Barbosa (Comunicação CPT Nacional)

Não é novidade o entendimento sobre a formação socioespacial brasileira ter sido baseada na concentração de terra para monocultura-latifúndio-trabalho escravo. Esse formato, acrescentado às estruturas patriarcais e racistas, formou uma sociedade cujas principais características são a violência, a desigualdade e a desumanidade. Entre os desdobramentos desse cenário, está a marginalização dos de baixo, considerando-os como atrasados e retrógrados, sem espaço no sistema-mundo capitalista moderno. O que os dados da CPT revelam é que o campo brasileiro parece potencializar o nível de truculência dos de cima, que agem como se não houvesse justiça.

O áudio do neto da mãe Bernadete, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, na Bahia, pedindo ajuda porque estava com o corpo da avó no sofá do terreiro, onde foi executada por 22 tiros, na frente dos netos, na noite de uma quin-

ta-feira, 17 de agosto de 2023, seis anos depois de seu filho, conhecido como Binho do Quilombo, ser também executado, é estarrecedor.

A atual estrutura agrária brasileira tem sua origem no colonialismo. A racialidade é um elemento estruturante da colonialidade (colonialismo contemporâneo). O atual cenário de lutas se encontra pautado naqueles que foram marcados como subalternos no processo civilizatório. Estamos falando de indígenas, negros, quilombolas, assentados etc, reflexos da sociedade brasileira moderna, que expõem as vísceras do Brasil de quinhentos anos.

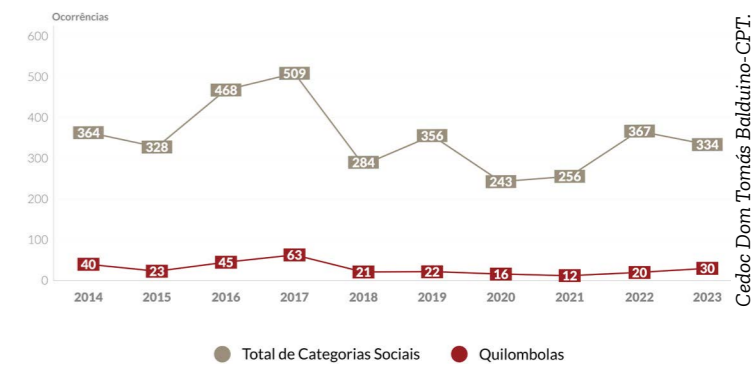
A desumanização do negro serviu e serve de base à normalização da exclusão, que influencia o senso comum e naturaliza esse lugar de desigualdade. Esse racismo (estrutural) se manifesta na forma como se organizou a regulamentação da posse e apropriação das terras brasileiras, cujo reflexo está na distribuição de terras por raça/cor. As variáveis colonialidade e raça, portanto, conformam o território brasileiro de maneira desigual e

excludente, ao ponto de impactar diretamente na questão da terra no país.

**A violência como método: análise dos números da CPT sobre a violência contra pessoa no campo brasileiro**

O conflito, assim, seria a dor da doença agrária brasileira, causada pela concentração e desigualdade histórica no acesso a terras e por oligarquias conservadoras fortes, com proeminência nos cenários social, político, econômico e cultural. Nesse sentido, ignorar o conflito é ignorar as dores sociais dos de baixo. Os conflitos revelam os gritos daqueles que expõem as suas dores.

O conflito é inerente ao (des)envolvimento. É o resultado do enfrentamento entre os territórios dos quilombolas, do latifúndio e do Estado. O conflito surge da diferença de interesses sobre esses territórios e a sua solução vem da mediação do que esses territórios consideram problema. As ações de resistência e enfrentamento que acontecem em contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra e suas condições metabólicas da vida, revelam as diferenças de classe e a ausência de gestão pública de fato. As situações conflituosas, portanto, que as comunidades quilombolas enfrentam e sobrevivem, permitem



Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT. Elaborado pela autora.

Os dados apresentados no gráfico referem-se aos seguintes tipos de Violência contra a Pessoa: Agressão, Ameaça de Morte, Assassinato, Morte em consequência, Prisão, Tentativa de Assassinato, Tortura.

identificar os alcoses da luta quilombola.

Não podemos nos esquecer que há uma historiografia que foi sempre marcada pelo viés econômico (latifúndio, escravidão e monocultura), mas que, em contrapartida, sempre teve que conviver com a emergência dos quilombos. A visibilidade pública e de conflitos das comunidades quilombolas revela o próprio avanço do movimento quilombola enquanto territórios de liberdade em meio ao território de opressão. Essa historiografia do passado, portanto, é atualizada com a historiografia dos conflitos.

Entre 2014 e 2023, a média de violências anual nas categorias Agressão, Ameaça de Morte, Assassinato, Morte em consequência, Prisão, Tentativa de Assassinato e Tortura é de aproximadamente 350,9 para

todas as categorias sociais e de 29,2 para os quilombolas nesses últimos dez anos. Podemos dizer, portanto, que a média de violências contra quilombolas representa quase 10% da média de todas as categorias sociais.

Em 2023, a CPT registrou 119 ações de Ocupações/Retomadas, superando em 60,8% as 74 ocorrências de 2022. Dessas, quilombolas e indígenas foram responsáveis por 25 ações de Retomadas (3 e 22, respectivamente). Os dados da CPT nos apresentam o território da r-existência. Isso enriquece a compreensão histórico-geográfica da formação territorial brasileira. O espaço brasileiro não foi apenas formado pelos territórios de opressão. No Brasil, precisamos olhar e aprender com a história e a memória dos quilombos e também das demais comunidades camponesas.



EIXO ÁGUA

IMPACTOS NOS TERRITÓRIOS

# Povos e comunidades do campo: entre as águas que fluem para a Vida e as águas capturadas e contaminadas

Conflitos por água em 2023 expressam muita privação e sofrimento, mas são, ao mesmo tempo, resultado da força e da resistência das comunidades atingidas

**Raquel Maria Rigotto (Núcleo Tramas/UFC) e Aline do Monte Gurgel (Fiocruz/PE)**

Edição: Everton Antunes (Comunicação CPT Nacional)

19.797 famílias. Seguem-se os pescadores, que sofreram com 30,8% dos conflitos, envolvendo 15.921 famílias, e um diversificado leque de comunidades tradicionais.

**Chegando perto das famílias afetadas: o racismo estrutural e ambiental**

Somam-se aos 2.378 conflitos relacionados à disputa pela água no Brasil, registrados pelo Cedoc desde 2014, os 225 novos casos identificados em 2023. Nestes, estão envolvidas 49.274 famílias. Se considerarmos a média de 4 pessoas por família em zona rural, estaríamos falando em 197.096 pessoas.

A convivência com estes povos nos ensina que para eles a água tem um valor imenso, não um valor econômico, mas um valor fundante: na diversidade das culturas, água é fonte de vida, água faz parte do corpo, água é saúde, água é alimento, água é soberania.

Em 2023, os conflitos registrados atingiram majoritariamente os povos indígenas (38,3%) – em luta contra o marco temporal, impactando

**Neoextrativismo e água**

A partir da segunda metade do século XX, a economia do Brasil vem sendo progressivamente mais sustentada pelas atividades ligadas ao neo-extrativismo, reativando o modelo imposto desde os tempos coloniais.

É um contexto de disputa assimétrica entre os povos do campo e os agentes político-econômicos, afetando a terra, o território e os bens comuns.

Assim, podemos compreender que fazendeiros e grileiros sejam responsáveis por 30% dos conflitos (67) registrados em 2023, seguidos dos governos 25% (55 conflitos), empresários nacionais e internacionais 21% (48), mineradoras e garimpeiros 15% (34) e hidrelétricas 9% (19).

**Mineração: a perversidade dos impactos sobre a água no âmbito dos territórios**



Cruyphre Akrood Gamella

Para os povos e comunidades, a água não tem um valor econômico, mas um valor fundante das diversidades de culturas

Os dados produzidos pelo Cedoc para 2023 registram 34 conflitos pela água envolvendo mineradoras e garimpo, além de outros 5 conflitos causados por “empresários” identificáveis como relacionados ao setor de mineração, totalizando 17,3% dos conflitos registrados. Esses conflitos impactaram 9.512 famílias, principalmente nos estados de Goiás, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O conflito em curso na Terra Indígena Munduruku, em Jacareacanga (PA), ilustra de forma trágica as consequen-

ências da contaminação da água causada pelo garimpo ilegal de ouro, que utiliza o mercúrio no beneficiamento do minério. A população indígena, composta por 1.630 famílias, se contamina ao tomar a água e ao comer os peixes.

**Agronegócio: consumindo e contaminando as águas de muito brasis**

O modelo de produção do agronegócio espolia terra e território, destrói a biodiversidade com o desmatamento e as queimadas para implementar grandes extensões de monocultivos, intensivos no consumo de água.

Esse quadro certamente se agrava com a aprovação, em 2023, do PL do Veneno, que passa a vigorar como Lei 14.785/2023. Resultado de um acordo político entre o governo federal e a Frente Parlamentar da Agropecuária, a nova lei concentra poderes nas mãos do Ministério da Agricultura e enfraquece o papel do Ibama e da Anvisa no processo de registro e autorização de novos produtos.

**Fluam as águas para a Vida**

Os conflitos por água registrados pelo Cedoc em 2023 expressam muita privação e sofrimento, mas são, ao mesmo tempo, resultado da força e da resistência das comunidades atingidas, que cultivam processos para identificar e denunciar as agressões sofridas.

Em suas ações, estão nos ensinando isso: não são apenas sobre lutas territorializadas, locais; são processos de defesa da Vida, que repercutem sobre todos nós, seja pelos comuns que conseguimos proteger, seja pela luz que seus saberes ancestrais lançam para nos tocar a consciência e adiar o fim do mundo, como propõe Ailton Krenak. São um convite à gratidão e ao envolvimento. Que a água umedeça potentes sementes em nós!

EIXO TERRA

DESIGUALDADE

# Conflitos por terra e concentração de renda

Desigualdade econômica acentua ações violentas de ataque aos direitos e à vida das diversas comunidades do campo brasileiro

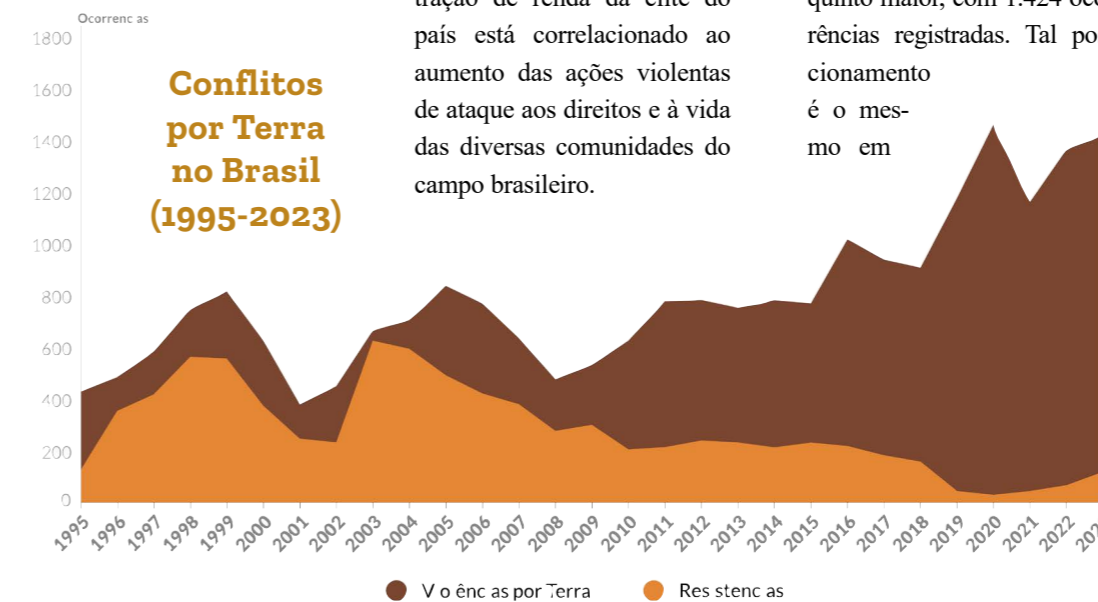
**Tales dos Santos Pinto (Cedoc/CPT)**

Júlia Barbosa (Comunicação CPT Nacional e Everton Antunes (Comunicação CPT Nacional)

Em 16 de janeiro de 2024, Sérgio Wulff Gobetti apresentou um boletim com estimativas que apontam para uma acentuação da concentração de renda entre 2017 e 2022 e um conseqüente aumento da desigualdade econômica no Brasil. Utilizando dados do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), Gobetti afirma que o crescimento da renda dos muito ricos (0,01% e 0,1% da população) foi duas ou três vezes maior que os restantes 95% da população.

O que traz a possibilidade de correlacionar essa estimativa de concentração de renda com o aumento de ocorrências de conflitos por terra é a variação dos componentes de renda que alavancaram a concentração estimada. Para Gobetti, a melhor performance dos rendimentos dos mais ricos proveio dos lucros e dividendos distribuídos, que são isentos de tributação, chamando ainda a atenção para um segundo componente na renda que cresceu intensamente e, em sua maior parte, também livre de tributação: a renda da atividade rural.

A partir daí é possível levantar outro questionamento: como o processo de concentração de renda da elite do país está correlacionado ao aumento das ações violentas de ataque aos direitos e à vida das diversas comunidades do campo brasileiro.



**Avanço sobre os territórios**

A voracidade do agronegócio sobre novas terras para serem por ele controladas pode ser encontrada, por exemplo, nos dados da CPT por meio do que é registrado como invasão e grilagem, consideradas como categorias da Violência contra a Ocupação e a Posse. São ações praticadas em sua maior parte por agentes privados e visam ocupar territórios cuja posse é realizada pelas comunidades do campo.

Em 2023, houve o registro de 152 ocorrências de grilagem nos territórios, que afetaram 29.797 famílias. Os registros de invasão somam 359 ocorrências, que afetaram 74.858 famílias. Nos últimos dez anos, invasão é o tipo de violência contra a ocupação e a posse com o maior número de registros, 2.256 ocorrências no total do período, e a grilagem é o quinto maior, com 1.424 ocorrências registradas. Tal posicionamento é o mesmo em



Júlia Barbosa

Colheita de feijão no Assentamento Oziel Alves, em Baliza-GO

2023, o que indica a continuidade dessa prática de tomada de territórios de comunidades tradicionais e originárias com o intuito de expansão da agropecuária e da extração vegetal empresariais.

**Concentração Fundiária e crescimento econômico**

A partir de informações coletadas no Censo Agropecuario 2017, Marcos Mitidieiro Júnior aponta outro processo constante de concentração, o fundiário, que está intrinsecamente ligado à concentração de renda, contribuindo ambas as concentrações para o reforço da desigualdade no país.

Assim, a expropriação leva ao controle do uso dos territórios e à concentração de renda, mas, para além, leva à desagregação dos laços comunitários desenvolvidos pelas famílias que nele habitam e vivem, resul-

tando, em muitos casos, no assalariamento dos membros dessas famílias nas atividades rurais do agronegócio. De expropriados passam a ser explorados.

Comparadas com as informações do processo de concentração de renda entre a elite mais restrita da população, é possível perceber que as Violências contra a Ocupação e a Posse, como a CPT as nomeia, constituem condições para o avanço e fortalecimento do agronegócio que aprofundam a desigualdade vivenciada pelos pobres desde tempos coloniais.

Por outro lado, o avanço dos movimentos de luta para a conquista de terras gera um número alto de conflitos, mas ao mesmo tempo indica uma disposição e força de luta que obriga as instituições estatais e privadas a se moverem para evitar esse avanço.



## OLHAR PASTORAL

## RESISTÊNCIA

# Mercantilização da natureza, espiritualidades e práticas de enfrentamento

Apesar de tanta dor e sangue derramado, a resistência e a luta nunca pararam, e somente a partir da profecia existencial dos povos originários e das comunidades tradicionais, encontramos esperanças e estratégias realistas para o futuro da Abya Ayala e da humanidade

**Flávio Lazzarin (padre italiano fidei donum, atua na Diocese de Coroatá/MA e agente da CPT Maranhão)**

Edição: Carlos Henrique Silva  
(Comunicação CPT Nacional)

Na Conferência das Partes (COP-28), realizada em 2023 em Dubai, a indústria petrolífera e as grandes potências insistiram no argumento da Captura e Armazenamento do Carbono (CCS) como remédio suficiente para enfrentarmos a crise climática, continuando com a energia produzida pelos combustíveis fósseis pelo menos até 2050. Vivemos em tempos em que a própria Vida do Planeta é ameaçada de morte, mas os donos do dinheiro e do poder não querem mudar o sistema financeiro, econômico e político que governa o mundo.

Após a mercantilização das terras e das águas, a irracionalidade capitalista procede transformando em mercadoria outros elementos da natureza, como o sol, o vento e as florestas, tudo acompanhado pela multiplicação de selos que propagandeam produtos da alimentação e até da moda e da cosmética, que garantiriam propriedades ecológicas.

A destruição causada pela exploração desenfreada das

terras, das bacias hidrográficas e do subsolo, que provoca a crise mortal do clima e do meio ambiente, é enfrentada com a mesma lógica que causou a devastação: estabelecem-se valores monetários que indenizem os estragos da atividade econômica, insistindo na ruína dos biomas e dos territórios indígenas e camponeses.

O que nos desafia politicamente está, porém, ocultado nas subjetividades dos homens e das mulheres da atualidade: sem dúvida, a ditadura capi-

talista é naturalizada e aceita pela opinião pública. Assim, em falta de oposições eficazes, o desenvolvimento, aliado ao Estado, se revela cada vez mais violento, mas, ao mesmo tempo, mimetizado por narrativas que defendem a sua suposta sustentabilidade. Assistimos a farsa da “mercadoria verde”, enquanto as grandes corporações e os estados continuam insistindo despididamente nos combustíveis fósseis, hidrocarbonetos e carvão, como fontes de energia.

Além disso, não podemos

ignorar os graves conflitos que a mercantilização do carbono provoca entre os povos originários e as comunidades camponesas envolvidas. Valha como exemplo o que está acontecendo no Maranhão. Denunciamos a presença de empresas norte-americanas junto ao povo Ka’apor, para implementar um projeto de crédito de carbono na Terra Indígena (T.I.) Alto Turiaçu, que com mais de 530 mil hectares, é a que sobra da floresta amazônica no estado. Outras empresas também estão asse-

diando os Guajajaras da T.I. Arariboia, negociações que geram graves tensões e conflitos entre os indígenas que aceitaram a conversa e uma maioria, liderada pelos guardiões da floresta, que é motivadamente contra o projeto. Se esta proposta já cria divisão na fase de discussão, somos obrigados a prever graves conflitos intraétnicos na hora da implementação.

O relatório Conflitos no Campo Brasil 2023 nos apresenta dados, mais uma vez assustadores, desta guerra do

mercado que se apropria dos bens comuns e do Estado contra os pequenos e as pequenas da terra e das águas, guerra que tem como objetivo irrenunciável a desterritorialização dos pobres e dos pequenos. Em 2023, foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo, o maior número já registrado pela CPT em quase 40 anos de monitoramento da luta dos povos.

Diante desse quadro, que poderia nos confinar em atitudes pessimistas e cínicas, o nosso irmão Pedro Casaldàliga, décadas atrás, já nos alertava: “Somos soldados derrotados de uma causa invencível”. A derrota faz parte do Evangelho de Jesus, o Deus crucificado que, na cruz, na extrema debilidade e impotência, derrota a morte, junto com o poder de todos os impérios e de todos os templos. A fraqueza de Deus não nos afasta da história, pelo contrário, nos chama a sermos os atores principais da construção de um mundo justo e fraterno. Em saída, sem autorreferencialidade eclesial, nos diz o Papa Francisco.

Acreditamos, porém, que apesar de tanta dor e sangue derramado ao longo da história da colonização, a resistência e a luta nunca pararam. Acreditamos que somente a



Lucimila Pereira

A nossa presença deveria sempre ser aberta à escuta, ao diálogo, a processos pedagógicos de troca, às inquietações e sugestões do Evangelho e da pessoa de Jesus

a partir da profecia existencial de setores minoritários e significativos dos povos originários e das comunidades tradicionais, encontramos esperanças e estratégias realistas para o futuro da Abya Ayala e da humanidade.

Junto com Helder Câmara, apostamos em minorias resistentes e lutadoras que, animadas pelo Espírito, enfrentam sem ódio e sem medo o sistema de morte. As lutas que têm futuro e sucesso, apesar das derrotas e dos martírios, são sempre e somente as lutas travadas em companhia dos ancestrais, encantados e encantadas, orixás, santos e santas, Nossa Senhora de Guadalupe

e Jesus de Nazaré.

Enfim, acolhamos a profecia de Francisco e Clara: a fraternidade e a sororidade de todos os seres vivos, que nos chama a nos relacionarmos com a natureza como um “tu” e nunca como um “isto”.

Essa insurgência, que, a partir de territórios originários e tradicionais, retoma e afirma profeticamente novas relações entre seres humanos e natureza, é a única possibilidade que resta para construir uma nova universalidade, que não seja Babel, mas Pentecostes, construindo a harmonia da comunicação sem acabar com as diferenças de línguas e culturas. E, apesar de ser profecia dos

empobrecidos e dos pequenos, não se deixa reduzir à classe, porque indígenas, quilombolas e camponeses das inúmeras vias campesinas lutam também para a libertação dos seus adversários e inimigos. E pacificamente enfrentam a universalidade mortífera do capitalismo globalizado e também a universalidade católica que, aliada ao império, impôs — e, em amplos setores da Igreja, continua impondo — a colonização etnocida na Abya Ayala.

Esta nossa aliança com os povos do campo e da cidade deve ser acompanhada pelo mergulho nas suas danças e no seu jeito de rezar, mas também

por um constante discernimento, porque podemos correr o risco da mitificação do protagonismo indígena, quilombola e camponês. A nossa presença deveria sempre ser aberta à escuta, ao diálogo, a processos pedagógicos de troca, às inquietações e sugestões do Evangelho e da pessoa de Jesus. Ele foi um ser humano do seu tempo, marcado profundamente pela pertença a um povo, os hebreus com sua religião e cultura, o que não impediu que enfrentasse com radicalidade revolucionária todos os dogmas religiosos e culturais que se tinham voltado contra os pobres.

Se, obviamente, concordamos sobre a inimizade que constitui a cultura ocidental, eurocêntrica, colonizadora, genocida, patriarcal e autoritária, não podemos, também, esquecer o patriarcado dos povos indígenas e afrodescendentes. Por isto, é fundamental a escuta da profecia das mulheres, a escuta das profecias de pajés e curandeiras, pais e mães de santo, benzedeiras e benzedores, anciãos/as cuidadores da ancestralidade. E ouvir menos os representantes da academia e prestar mais atenção aos poetas e pensadores dos povos, como Davi Kopenava Yanomami e Nego Bispo, que se tornaram ancestrais em 2023.



Lucimila Carvalho

Comunidade Quilombola Dona Juscelina, Muricilândia/TO

É fundamental ouvir menos os representantes da academia, e escutar a profecia dos poetas e pensadores dos povos



## GALERIA

“Silencioso e pudico,  
como sempre,  
após longos calvários e sofrimentos,  
inclinaste a cabeça.

Pobre, apaixonado pelo teu povo,  
em pobreza e em simplicidade de vida.

Místico  
irmão escondido no silêncio,  
atencioso companheiro de caminhada,  
vítima da loucura de pastores miseráveis  
e da raiva dos tiranos.

Carregaste  
sobre os teus magros ombros  
as feridas da terra, o sofrimento dos  
lavradores e a insaciável sede de justiça.

Guardaste  
no teu coração de criança a água pura  
da alegria do povo.

Queria te estender a minha mão  
de longe e juntos caminhar  
ainda um pouco.

Somente sobra para mim  
um punhado de lembranças  
e a mais bonita delas: uma tarde, em Belém,  
livres, sorrindo para o céu do Brasil  
que ninguém pode te roubar  
e que agora cobre de flores a tua sepultura,  
na tua igreja, ao lado do teu irmão  
massacrado.

Perto de ti a multidão de quem te amou  
e lutou pela vida.

Nunca deixaremos de soletrar  
a lição de amor que viveste,  
até quando o dia vai chegar  
em que colheremos juntos  
o trigo semeado.”

*Cláudio (Mário Aldighieri)*

Neste poema de Mário Aldighieri, temos três grandes companheiros, homenageados pela primeira vez neste relatório Conflitos no Campo:

- O padre **Cláudio Bergamaschi**, missionário italiano que atuou décadas no Maranhão, coordenador da CPT e muito sensível às causas do povo sem terra e à formação de Comunidades Eclesiais de Base. Falecido de forma inesperada em 10 de janeiro de 1997, Cláudio continuará presente para sempre na terra que amou, com o povo com o qual partilhou a sua luta e esperança, com o seu Brasil no qual dedicou a maior parte de sua vida;
- O padre **Maurício Maraglio**, amigo de longa data de Cláudio, também companheiro de lutas na CPT, morto em 1986 em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Cláudio não alimentava dúvidas: o amigo foi vítima da vingança dos latifundiários. Hoje, os corpos de ambos descansam lado a lado, na igreja de São Mateus (MA);
- O autor, **Mário Aldighieri**, uma memória viva, e uma das pessoas responsáveis pelo início deste caderno.

### Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

#### Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra  
Caixa Econômica Federal  
Agência 4520 - Operação 003  
Conta 648-6  
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

#### Envie seu comprovante, dúvidas e sugestões para:

E-mail:  
sustentabilidade@cptnacional.org.br  
WhatsApp:  
(62) 99268.6837

### Comissão Pastoral da Terra

#### Correios

Impresso  
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:  
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro. CEP  
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea